

Política e Participação Juvenil: os "caras-pintadas" e o movimento pelo impeachment

Luiz Antonio Dias¹

O movimento dos “caras-pintadas” surgiu em agosto de 1992 e, somente alguns meses depois recebeu este rótulo. Suas raízes, porém, devem ser analisadas desde a década anterior, em especial o ano de 1989, que marcou a eleição de Fernando Collor.

Em 1989, pela primeira vez os adolescentes, entre 16 e 18 anos, puderam participar diretamente de uma eleição. Durante a década de 80 foi fato comum a participação de adolescentes nas campanhas eleitorais - estaduais e municipais - fazendo “boca de urna”. Ligados principalmente aos partidos de esquerda, os jovens voltavam a participar da vida política do país, pois o radicalismo do movimento estudantil, na década de 70, provocou um distanciamento de grande parte da juventude.

No entanto, o direito de voto aos adolescentes, garantido pela Constituição de 1988, só pôde ser exercido em 1989. Apesar do voto, neste caso, ser facultativo mais de 50% dos jovens nessa faixa etária compareceram, em 1989, aos cartórios eleitorais para obter seus títulos de eleitores. Isto significava, em termos absolutos, mais de três milhões de adolescentes, além dos jovens com mais de 18 anos.

Parte considerável da juventude optou, no entanto, por Collor¹ que representava grupos conservadores e da elite tradicional. Este fato abre precedentes para várias indagações, pois apresenta um aparente paradoxo, qual seja: tradicionalmente os jovens militantes mais aguerridos e mais numerosos são simpatizantes dos partidos de esquerda, em especial do PT.

Essa situação inusitada pode ser explicada pelo fato de que estes jovens militantes politizados são, via de regra, uma minoria dentro do universo juvenil, não representando, pois, base completamente confiável para verificarmos as tendências políticas da juventude.

¹ Doutor em História Social (UNESP- Campus de Assis)
Professor Titular de História do Brasil da Universidade de Santo Amaro (UNISA)
Coordenador do curso Lato Sensu: “Sociedade e cultura brasileira: perspectivas e debates do século XIX ao XXI” – Universidade de Santo Amaro

Além disso, devemos salientar que a candidatura de Lula – Luís Inácio Lula da Silva, candidato pelo Partido dos Trabalhadores - também recebeu uma grande quantidade de votos juvenis.

Acreditamos que, de certa forma, a preferência por Collor estava ligada à tendência juvenil de buscar o novo, a modernização da sociedade e Fernando Collor fundou toda sua estratégia eleitoral na modernização do país.

Essa discussão serve como referencial para inferirmos que as raízes do movimento “caras-pintadas” estão intrínsecas ao pleito de 1989. Collor recebeu o voto de milhões de jovens, que estreando no cenário político sentiram-se traídos ao perceberem que apesar do discurso modernizante e inovador, Collor representava, na realidade, a velha política tradicional de favorecimento e corrupção.

Desta forma, quando em 1992 surgem as primeiras denúncias de corrupção do presidente, uma parcela destes jovens considerou-se enganados e, quando o movimento pelo *impeachment* surge como alternativa viável, sentem-se compelidos a participar.

Mesmo entendendo que grande parte dos jovens que saiu às ruas nas passeatas pró-*impeachment* não havia votado nas eleições de 1989 - por não terem, ainda, os 16 anos necessários para se obter o título eleitoral - deve-se levar em conta o aspecto de agressão enquanto grupo, enquanto ente coletivo, ou seja, a categoria juvenil foi traída.

Mesmo que estes jovens não tenham votado em Collor, existia uma memória subjacente de apoio durante a campanha. Não houve uma “traição” ao indivíduo, mas sim ao grupo de jovens e, mais, a toda à nação.

Quando Thompson (1987) analisa os movimentos ingleses, do final do século XVIII, que lutavam por reformas políticas, destaca-se a importância dada à tradição histórica de luta, à tradição revolucionária dos artesãos e artífices urbanos.

Mesmo guardadas as devidas especificidades históricas, percebemos que os jovens "caras-pintadas" trazem essa tradição de luta das gerações anteriores. Esse aspecto torna-se fundamental para inferirmos a existência, ou não, de uma consciência política nesse movimento.

Essa análise, porém, longe de tentar reduzir a participação juvenil a um mero movimento de revide, de vingança, gerado pela frustração, pretende incorporar-se

a outras variáveis que contribuíram para a eclosão do movimento dos “caras-pintadas” como, por exemplo, a influência dos meios de comunicação de massas.

“No começo, meio e fim, houve, sempre, a imprensa. Principalmente Veja e Isto É. A partir do fim de ano espalhafatoso de 1990 em Angra dos Reis e, mais tarde, do rodópio de Zélia e Bernardo Cabral ao som de ‘Besame mucho’, o governo passou a ser atingido pelos ricochetes da metralha publicitária com que alvejava o país. Evolução que decorre do exibicionismo acentuado do grupo no poder, como também das mudanças em curso na própria imprensa”. (ALENCASTRO, 1992, 4)

O alcance dessas revistas semanais acaba sendo muito maior do que os jornais no âmbito geográfico. Com isso suas matérias e, principalmente, seus “furos jornalísticos” – como, por exemplo, a entrevista de Pedro Collor, irmão do Presidente, concedida à Revista *Veja*, que apontava indícios de corrupção no governo terminaram provocando um grande frenesi, não só nas capitais - como os grandes jornais - mas em todo o país. As revistas semanais atingem com muito mais intensidade, do que esses grandes jornais, as regiões deslocadas do eixo Rio - São Paulo.

Chegando a outras capitais e grandes cidades, observamos que o fenômeno de indignação e, posteriormente, de mobilização cresceu de forma mais ou menos uniforme em todo o país.

Por outro lado, não podemos deixar de lado o que o autor entende como “mudanças em curso” na imprensa, que seria a acirrada concorrência entre os jornais: no Rio de Janeiro *O Globo* e o *Jornal do Brasil* e, em São Paulo a *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*. Entre as revistas semanais o choque dava-se entre a *Veja* e a *Isto É*.

Nessas batalhas a busca pelo “furo” torna-se constante, e muitas vezes esses meios de comunicação acabaram partindo para o sensacionalismo.

Nesse caso é sintomático observar que se a *Veja* deu o “furo” da entrevista com Pedro Collor, a *Isto É* saiu na frente, durante a CPI, com a entrevista do motorista Francisco Eriberto que mostrava o caminho do dinheiro transferido a Collor.

Outro ponto que deve ser destacado é a relação existente entre o governo e a imprensa. A *Folha de S. Paulo*, por exemplo, foi alvo da ira do presidente Collor logo

após sua posse. A redação do jornal acabou sendo invadida devido a supostos problemas fiscais.

O jornal sempre sustentou a hipótese deste fato estar ligado a uma perseguição política, isso porque a *Folha de S. Paulo* teria dirigido ataques a Collor durante a campanha eleitoral.

Além disso, a *Folha de S. Paulo*, durante grande parte do governo Collor, teria sofrido um forte boicote publicitário, segundo informações do próprio jornal:

*“Cláudio Vieira assumiu ontem a responsabilidade pela determinação do governo de não encaminhar publicidade institucional à **Folha** (...). A **Folha** noticiou contratos sem licitação entre o governo e as agências de publicidade Setembro e Giovanni, que haviam trabalhado na campanha eleitoral de Collor”.*²

As relações tempestuosas entre um meio de comunicação de massas e o governo podem gerar perseguições de ambos os lados. A matéria, citada acima, intitulada “Ex-secretário assume discriminação à **Folha**”, nos dá uma clara idéia da importância de um bom relacionamento entre um jornal e o governo, importância para ambos. Com as relações azedadas desde o início, a *Folha de S. Paulo* sentiu-se muito à vontade para colocar em destaque as manifestações contra Collor.

Deve-se ressaltar, que essa matéria foi veiculada cerca de dois meses antes de terem início as manifestações pelo *impeachment*. Outro ponto levantado nessa matéria foi o suposto favorecimento à rede Globo de Televisão, que durante o primeiro semestre de 1991 havia recebido mais de um bilhão de cruzeiros, do governo, destinado à publicidade legal (a *Folha de S. Paulo* no mesmo período recebeu apenas oito milhões).

Mesmo levando-se em conta que são meios de comunicação de massas com características peculiares e, portanto, com custos desiguais, a diferença salta aos olhos, dentro do contexto exposto.

Quando as manifestações políticas pró-*impeachment* começaram, os vários meios de comunicação de massas já tinham, de forma geral, sua posição preestabelecida, dando destaque ou não, de acordo com seus compromissos.

*“No início da semana passada, uma passeata com mais de dez mil jovens correu a cidade a exigir o impeachment do presidente Collor e a prisão do empresário Paulo César Farias. Dias depois, enquanto a musa Cláudia Abreu era metralhada na telinha, no final da série **Anos Rebeldes**, da **Rede Globo**, os estudantes armavam acampamento e manifestações em escolas de todo o país”³.*

A série “Anos Rebeldes”, citada pelo jornal, tinha como base a repressão - do final da década de 60 e início da de 70 - contra os estudantes e jovens, de forma geral, ligados a grupos de esquerda. Fictícia, porém, com pretensão de documentário histórico, essa série mostrava a luta estudantil contra a ditadura militar de forma extremamente “romanceada”.

Os “mocinhos”, estudantes, lutavam até a morte pelo “bem” do país. Entre uma manifestação e outra sobrava espaço para festas, namoro e amor. Entre rajadas de metralhadora e bombas de efeito moral existiam indagações filosóficas e existenciais.

Nessa série foram reunidos todos os ingredientes que a juventude busca para si - o heroísmo, o romance, o sexo, a contestação ao sistema. Com isso terminou prendendo a atenção dos adolescentes e, mais, acabou criando - para o adolescente da década de 90 - um novo herói: a juventude rebelde e politizada dos anos 60.

Interessante notar, porém, que essa série foi produzida antes de qualquer manifestação pró-impeachment e, mais, começou a ser exibida antes mesmo que surgissem as primeiras denúncias de corrupção contra o presidente Fernando Collor.

*“(...) os estudantes começaram a recriar ao vivo o clima da minissérie **Anos Rebeldes**, exibida pela Rede Globo. A série teve sua exibição adiada por meses devido a problemas de **censura interna** na emissora e foi criticada em nota do **exército**”.*(KRIEGER, G; NOVAES, L. A.; FARIA, T, 1992, 191)

Quando as manifestações iniciaram-se a série tornou-se um componente de apoio, contribuindo para o crescimento do movimento. Deve-se salientar que a Rede Globo não buscava esse sentido para o programa, posto que apoiou Collor durante a campanha presidencial e não gostaria, é óbvio, de contribuir para um movimento que viesse a derrubá-lo.

Além do que, a série teve contra si uma forte censura interna. Ironicamente, com o adiamento da exibição ela acabou por coincidir com as primeiras manifestações.

*“(...) a gente sempre dava um jeito de assistir os Anos Rebeldes, seja no bar, na sede do partido (PC do B). Ai a mídia teve um certo papel, de memória, do resgate, mostrando que tinha uma geração que lutou (...). Inclusive na primeira passeata, em 11/08/92, o cartaz era: Anos Rebeldes, próximo capítulo: Fora Collor. No dia da passeata nos compramos a fita dos Anos Rebeldes e deixamos no ponto dessa música (Alegria, Alegria) e botamos a fita, nos primeiros acordes da música do Caetano a turma inteira começou a chorar, como se fosse o seguinte: aquela história que está na televisão, que os caras fizeram história, a gente pode fazer aqui e agora”.*⁴

Esse depoimento nos dá uma clara idéia da importância dessa série para as manifestações.

Em uma matéria, a *Revista Imprensa*⁵ colheu informações de vários jornalistas e juristas acerca da seguinte questão: “Se não fosse a imprensa, Collor teria sido condenado pelo Congresso?”. De forma geral, os entrevistados consideraram que a imprensa teve um papel fundamental ao veicular as denúncias contra Collor municiando, dessa forma, as manifestações: “*A atuação da imprensa foi decisiva para levantar as denúncias contra Collor e conduzi-lo ao impeachment. Se não fosse a imprensa, ele não teria sido condenado pelo Congresso (Dimenstein)*”; “*A imprensa foi absolutamente determinante para que Collor fosse afastado do governo. Foi a detonadora do processo (Calmon Alves)*”; “*A imprensa foi decisiva para o afastamento de Collor. Sem ela, provavelmente, não teria havido o impeachment (Gois).*”

Apesar desse quase senso comum entre os jornalistas, não podemos nos esquecer que a imprensa, de forma geral, acabou ampliando o destaque do “caso-Collor” devido ao próprio crescimento do movimento pelo *impeachment*.

Voz dissonante, o jurista Dalmo Dalari, acredita que o fator determinante foi justamente o povo: “*Quanto à imprensa, não acredito que se atuasse de forma diferente, o processo de impeachment teria tido outro rumo. O que foi determinante foi o povo na rua. O povo é mais forte que a imprensa*”.

Somos levados, realmente, a compartilhar dessa opinião. Sem as passeatas e a demonstração pública de indignação e, mais, de força, o afastamento de Collor seria muito difícil, pois a relação de forças não sofreria uma inversão e a sustentação do governo seria possível.

Nesse sentido, seria importante observar a atuação e incentivo dos adultos - pais, professores - ao movimento. Os pais não viam o protesto como algo negativo, mas sim como um exercício de cidadania e, mais, um movimento de classe média, asséptico, suprapartidário e, portanto, acima do radicalismo dos grupos de esquerda.

Quando o movimento torna-se mais organizado e “saudável”, ele perde a característica de ‘turba’, de bando, que causa um certo temor às elites.

Ou seja, percebemos claramente a importância dos meios de comunicação de massas na formação do movimento. Seja influenciando diretamente o jovem, seja atuando sobre outras pessoas que acabariam por influencia-los. Como dissemos, a posição dos grupos tem um grande valor para o indivíduo e, conseqüentemente, na formação da opinião pública de forma geral.

Quando o movimento tomou forma e cresceu, a imprensa não pôde manter-se fora. Mesmo os meios de comunicação de massas que deram pouco destaque no início das passeatas viram-se compelidos, por uma lógica de mercado, a destacarem as manifestações.

“Show, carnaval e manifestação política deixavam de ser auto-excludentes. Na própria fala da imprensa este enfoque demonstra que a imprensa teve que acompanhar as grandes manifestações da opinião pública, sob pena de cair no descrédito. Ao mesmo tempo, formadora de opinião e expressão do público leitor, a imprensa acaba sofrendo os influxos dos grandes eventos coletivos”.(EUGÊNIO, 1994, 294)

Essa análise foi feita sobre o movimento “Diretas-Já” (ocorrido em 1983/1984), porém, torna-se pertinente, também, ao analisarmos as manifestações pelo *impeachment*. Os meios de comunicação de massas que são os responsáveis pela formação da opinião pública podem, eventualmente, serem “formados” pela opinião

pública. Nesses casos específicos, devem seguir a opinião de seus leitores ou, invariavelmente, perdê-los.

Quando o movimento cresceu, a imprensa viu-se obrigada a dar mais destaque e, conseqüentemente, contribuiu, ainda mais, para a formação da opinião pública. Esse elemento é sintomático para realçar a relação dinâmica que existe entre a opinião pública e os meios de comunicação de massas.

*“A Folha de S. Paulo tentou dirigir as manifestações. Eles marcaram uma passeata e a gente foi ver. Tinham apenas vinte pessoas de cara pintada e a Folha na mão. Vinte estudantes e um monte de repórteres”.*⁶

Essa história - confirmada por outras lideranças do movimento estudantil que foram entrevistadas para essa pesquisa - demonstra que a imprensa teve um papel fundamental na divulgação dos fatos, mas apenas um papel secundário na organização das passeatas. Segundo essas lideranças, os meios de comunicação de massas, principalmente a televisão, acabaram irradiando o movimento para todo o país.

A partir desse momento tornou-se impossível para a grande imprensa manter-se neutra e, mais, a tendência do público em apoiar o *impeachment* fez com que vários meios de comunicação de massas emitissem opiniões favoráveis ao processo.

Quando tentamos traçar um perfil do jovem "cara-pintada" percebemos que ele majoritariamente pertence às camadas médias. Isso não chega a ser surpreendente, pois, no contexto geral, a maior parte dos estudantes secundaristas ou universitários pertence a essas camadas.

Várias razões podem justificar esse predomínio da classe média. Em primeiro lugar o próprio fato de que existe uma preponderância da classe média no meio estudantil, conforme já foi exposto.

Em segundo lugar, as manifestações ocorreram, em grande parte, durante dias úteis, favorecendo, portanto, a participação de jovens que não trabalhavam, ou seja, oriundos das classes mais abastadas.

No entanto, é importante ressaltar que o movimento pelo *impeachment*, quando surgiu, era tido como um movimento popular e não como um movimento juvenil. Os meios de comunicação de massas destacavam a manifestação popular e

apenas apontavam um certo predomínio dos adolescentes. Além disso, não surgiu colorido, mas sim negro.

Em 13 de agosto de 1992, o presidente Collor, já acuado pelas denúncias, decidindo colocar em jogo sua popularidade fez um apelo público aos seus eleitores: que saíssem, no domingo, às ruas vestidos de verde e amarelo. Em Brasília, não mais de 300 pessoas compareceram à Casa da Dinda vestidas de verde e amarelo. Em contrapartida, as ruas acabaram sendo tomadas por manifestantes vestidos de preto que exigiam o fim do governo Collor. Estima-se que somente em Brasília mais de 100 mil pessoas concentraram-se em frente ao Palácio do Planalto para pedir a renúncia de Collor.

A partir deste momento, o movimento começou a crescer e ganhou novas cores.

Menos de duas semanas após o pronunciamento e apelo público de apoio, feito pelo presidente Collor, o país estava tomado por manifestações pró-*impeachment*. No dia 25 elas ocorreram em 31 cidades do Brasil e mobilizaram mais de 500 mil pessoas.

Na cidade de São Paulo, em 25/08/92, cerca de 200 mil adolescentes participaram de uma passeata pelo *impeachment*. A partir daí, o movimento começava a tomar um ar mais juvenil. Porém, esse fato pode ser creditado a razões conjunturais e não estruturais. Isso por que a passeata ocorreu em um dia útil (terça-feira) pela manhã, um período pouco pertinente para a participação de adultos. Além disso, várias escolas facilitaram essa participação, suspendendo aulas, enviando professores como “monitores”, incentivando o exercício da cidadania de seus alunos.

No entanto, não podemos ignorar que as manifestações eram muito heterogêneas.

“Foi a maior manifestação de rua em Recife desde as Diretas Já. Humor e protesto marcaram as passeatas. ‘O primeiro impeachment a gente nunca esquece’, dizia a faixa dos estudantes da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), todos de camiseta preta. Um grupo de mulheres abria outra: ‘Ele não subiu com meu voto, mas vai descer com minha luta’. Garis levavam a mais comentada: ‘Dia 24 Getúlio se matou, dia 25 Jânio renunciou, dia 26 Collor nos deixe só’ (...) Com rostos pintados,

roupas pretas, os manifestantes fizeram o ‘enterro simbólico’ de Collor com (sic) o governador Antônio Carlos Magalhães”.⁷

Nesse mesmo dia, 25/08, surgem as primeiras referências aos “rostos pintados”. Essa manifestação ocorreu em Salvador, à noite, e podemos perceber que não era exclusivamente composta por estudantes. O horário, em que ocorreu, facilitou a participação de outros segmentos da sociedade.

A mídia, no entanto, elegeu os jovens como típicos representantes das manifestações *pró-impeachment*. Além disso, a partir desse momento - quando se tornaram destaques - os jovens sentiram-se compelidos a aumentar sua participação. O movimento tornou-se uma grande confraternização, uma festa juvenil, palco perfeito para ampliar o seu leque de relacionamentos.

Lideranças do movimento estudantil - entrevistadas para esse trabalho - afirmavam que no início iam às faculdades e às escolas para “pegar a laço” estudantes para as passeatas. Posteriormente, quando o movimento ganhou destaque na mídia, a dificuldade em aglutinar esses jovens praticamente desapareceu. A partir desse momento, os jovens não precisavam mais ser convocados, dirigiam-se às manifestações, cada vez mais, de forma espontânea.

Os “rostos pintados”, de verde e amarelo, acabaram sendo utilizados como uma demonstração de patriotismo. Para não serem confundidos, porém, com os simpatizantes de Collor, estes manifestantes passaram a utilizar-se de roupas pretas. Ostentavam, assim, um luto simbólico.

Segundo lideranças do movimento estudantil, os rostos pintados de verde e amarelo surgiram de forma espontânea entre alguns estudantes secundaristas da região de Pinheiros - bairro de São Paulo - e acabou sendo utilizado pela UNE em todas as manifestações posteriores.

Interessante notar que o “preto” também surgiu de forma espontânea. O sindicato dos bancários de São Paulo, inclusive, teve a idéia de confeccionar camisetas em verde e amarelo com a palavra *impeachment*, mas mudou de idéia: “*Quem decidiu a cor de protesto (preto) foi o povo. As lideranças não apitaram nada*”⁸. Posteriormente ocorreu uma integração cromática - verde e amarelo com o preto - também de forma espontânea.

O “rosto pintado” rapidamente tornou-se um símbolo da contestação e foi adotado nas outras manifestações, em especial pelos estudantes. Não tardou e os meios de comunicação de massas criaram a expressão “caras-pintadas”, que passou a designar os adolescentes que participavam das manifestações.

A UNE, por sua vez, teve um papel fundamental na criação desse “produto”, pois acabou funcionando como um elemento aglutinador dos estudantes. Ao mesmo tempo em que reunia em torno de si os estudantes, aumentava o seu prestígio junto às instituições e à sociedade. A exposição dos jovens na mídia colocava a UNE em evidência por todo o país.

Com uma atuação modesta no cenário político, desde o final da década de 70, a UNE foi rapidamente alçada ao estrelato. Lindbergh Farias - à época presidente da UNE - em reunião com o presidente do Senado, Mauro Benevides, sela o apoio da UNE ao processo de *impeachment*. Desta forma, a entidade acaba tornando-se a maior organizadora de passeatas contra Collor.

A mobilização dos estudantes, sua participação e entusiasmo acabaram surpreendendo a todos. A própria UNE, que esperava colocar 100 mil pessoas nas ruas - em São Paulo - na passeata de 25/08/92 ficou surpresa com a participação de mais de 200 mil jovens, na sua grande maioria, secundaristas.

Segundo Alemão- Ricardo Abreu de Melo, Tesoureiro Geral da UNE na gestão 1991-1992 - “(...) já existia uma aposta nas manifestações com 20 mil, mas 200 mil surpreendeu. A gente sabia que ia colocar até 30 mil estudantes no auge, tinha clima para isso. A UNE não conseguia fazer passeata de 10 mil em 1990, fazia de mil, dois mil.”

Dentro deste renascimento do movimento estudantil, rapidamente surgiram as comparações com os estudantes das décadas de 60 e 70. Os meios de comunicação de massas e a própria UNE contribuíram para essa busca nostálgica de um passado de lutas. Interessante observar o ressurgimento de velhas palavras de ordem, de velhas práticas e, até mesmo, de velhas músicas.

Em 18/09/92, ocorre na Avenida Paulista, coração financeiro de São Paulo, uma grande passeata ao som de “Alegria, Alegria”. Gravada por Caetano Veloso em 1968 havia sido tema da série, já citada, “Anos Rebeldes” e acabou tornando-se hino do

movimento dos “caras-pintadas”. Quase 15 anos após sua primeira gravação, essa música encantou uma juventude pouco afeita a ouvir MPB.

Sem dúvida nenhuma, a mídia nesse caso teve um papel fundamental na elaboração de valores, sendo a grande responsável por esse retorno aos quadros mentais e culturais da década de 60. Nesse momento a juventude “cara-pintada” foi coroada como sucessora da geração de 60.

A UNE, também, tratou de recuperar sua história de lutas e acreditava que a geração de 1992 seria uma continuidade do movimento de 1968.

Na realidade o movimento foi muito mais amplo do que as lideranças estudantis o percebem. Houve todo um envolvimento da sociedade civil, envolvimento muito maior do que o ocorrido no final da década de 60, em função da diversidade encontrada nas manifestações pelo *impeachment*.

Essa, pretensão, porém, é característica de quase todos os líderes estudantis, que buscam para si e para seu período histórico um papel de destaque e, de forma geral, afirmam ser os legítimos herdeiros da geração “heróica” de 68.

Resta saber, se existe uma continuidade, se existem de fato “herdeiros de 68”?

Orlando Silva, presidente da UNE na gestão 95/96, nos apresenta uma excelente definição da funcionalidade do movimento: *“O movimento foi grande e cumpriu seu objetivo. Na década de 90 foi melhor do que a geração de 60, porque ela perdeu. Eles fizeram maio/68 e perderam, nós fizemos setembro/92 e ganhamos. São momentos históricos que são marcos. O movimento é como uma onda, vai e vem. Em certa medida é espontâneo, porém, é uma rede que tem organicidade, em momentos históricos esse movimento ganha dimensão de massa.”*

Essa visão tem dois aspectos importantes: em primeiro lugar acaba por desmistificar o movimento de 68 como algo “acima do bem e do mal”, perfeito e acabado. Em segundo lugar mostra que um movimento de massas não tem possibilidade de manter-se por muito tempo. Tem um objetivo e após a vitória, ou derrota, tende a dissolver-se.

Voltando às análises de Thompson, percebemos que este esmorecimento da luta, ao final da causa, não é incomum. Segundo o autor, apesar de práticas comuns, as

revoltas, os motins, não demonstraram continuidade. Surgem em torno de um objetivo imediato e, logo em seguida, desaparecem.

Não podemos negar, porém, que em todos os momentos de “renascimento” do movimento estudantil, alguns elementos simbólicos são recuperados de manifestações anteriores. Isso daria, portanto, uma idéia de continuidade. No entanto, essa idéia é falsa. A luta estudantil quando recomeça parte de novos pressupostos, com outros objetivos e outras práticas. Apesar de apresentarem similitudes, existem alterações comportamentais de um movimento para outro.

Mesmo que alguns elementos e práticas sejam mantidos, ou “herdados”, devemos olhar cada nova manifestação como algo realmente “novo”. Isso, porém, não significa diminuir o movimento pelo *impeachment*, muito pelo contrário, lhe dá autenticidade e originalidade.

Afinal de contas, como bem lembra Marilena Chauí, no prefácio da obra de Ecléia Bosi “Memória e Sociedade”, “(...) lembrar não é reviver, mas re-fazer. É reflexão, compreensão do agora a partir do outrora; é sentimento, reparação do feito e do ido, não sua mera repetição” (Bosi, 1994)

As manifestações estudantis de 1977 demonstram muito bem isso. Traziam em seu bojo elementos conflitantes, frutos das manifestações de 68 que uniam-se a novos elementos, novas práticas políticas. A luta contra a ditadura mantinha-se, com seus velhos bordões. No entanto, novos símbolos foram agregados às manifestações, dando um caráter renovador.

“O conflito político mostrava sua faceta simbólica: a escolha do conjunto de representações utilizadas poderia influenciar na dinâmica dos acontecimentos (...) o uso de símbolos como a Bandeira e o Hino Nacional (...) traduziam para a sociedade o ‘caráter patriótico e cívico’ das manifestações” (EUGÊNIO, 1994, 84)

Nesse momento o movimento estudantil buscava uma identificação com a classe média. O radicalismo enfraqueceu-se e passou a dividir espaço com as manifestações pacíficas e “patrióticas”, ou seja, os elementos da “geração 68” agregaram-se a novas práticas.

Poderia, dessa forma, ser chamado de “herdeiro de 68”. No entanto, percebemos que as mudanças introduzidas tornaram-no algo diferente e, conseqüentemente, novo.

Apesar de continuarem lutando contra a ditadura, esse novo movimento estudantil atuava de forma diferente. Ainda nesse mesmo sentido, Eugênio (1994,100) ressalta que: *“Em agosto (1977), no III Dia Nacional de Luta, o slogan ‘abaixo a ditadura’ era definitivamente assumido, ao mesmo tempo que se exigia um novo pacto político, simbolizado pelo tema da ‘Constituinte’. Diferentemente de 1968, a revolução já não era o único processo histórico vislumbrado pelo movimento estudantil, visando derrubar o regime.”*

Novas estratégias são utilizadas para obter-se uma aproximação com as camadas médias e conseguir o apoio da opinião pública não radical.

Essas mudanças introduzidas nas manifestações de 1977 acabaram sendo utilizadas na campanha pelas “Diretas-Já” que, mesmo não sendo um movimento exclusivamente estudantil, contou com uma expressiva participação juvenil. O Hino Nacional e a Bandeira tornaram-se símbolos da luta pela implantação de eleições diretas em todos os níveis, e conseqüentemente, da redemocratização.

No entanto, existem diferenças significativas. Nessa campanha a multidão tornou-se multifacetada, acima de partidos políticos e grupos sociais, chegando-se a uma, quase, unanimidade nacional, situação bem diversa de todos os outros movimentos contra o governo militar.

Nesse sentido, não podemos deixar de ressaltar que todos os movimentos de protesto popular, estudantis ou não, configuraram-se como modelos para as manifestações pelo *impeachment*. Deve-se, porém buscar e analisar suas peculiaridades, entender o momento e as condições históricas específicas que permearam seu surgimento.

“Apesar dos esquecimentos e de experiências não registrados pela memória, muitos elementos experimentados nos protestos de rua contra o regime militar, que configuraram uma nova cultura política democrática, foram incorporados, na prática, por diversos segmentos da sociedade brasileira. Eles emergiram com muita força na campanha presidencial de 1989, no movimento pelo impeachment de Fernando Collor em 1992 (...). Em todos estes momentos, notamos alguns elementos

comuns: a sociedade auto-organizada, a convergência de temas sócio-políticos diversos (...)”.(EUGÊNIO, 1994, 84)

Nessa obra, o autor não chega a analisar o movimento pró-impeachment, no entanto, também percebemos alguns elementos de manifestações anteriores como, por exemplo, o uso constante, das cores da bandeira. Pintadas nos rostos, essas cores simbolizavam o apreço dos jovens pelo país, em oposição à postura do presidente Collor. A bandeira e o hino também foram largamente utilizados.

No entanto, não chegamos a perceber, no movimento pelo *impeachment*, “a convergência de temas sócio-políticos diversos”, posto que o debate centrou-se exclusivamente na cassação do mandato do presidente Collor. Não houve, excetuando-se em raros momentos, uma discussão sobre temas mais profundos.

Nossa análise, nesse aspecto, entra em choque com as lideranças do movimento estudantil que entendem que ocorreu uma politização do debate. Com aprofundamento em outras questões e problemas da política neoliberal.

Percebemos a existência de outros temas, além do *impeachment*, que, inclusive foram veiculados nos panfletos distribuídos nas manifestações e também nos discursos. Crítica à política educacional; às privatizações; ao sistema previdenciário; ao desemprego. No entanto, acreditamos que a possibilidade do *impeachment* foi, sem sombra de dúvidas, o que realmente motivou e guiou a mobilização.

O movimento dos “caras-pintadas” teve como objetivo específico o *impeachment* de Collor. Quando o Congresso aprovou o afastamento do presidente - que na prática consubstanciou-se no próprio fim do mandato - o movimento esmoreceu e, quando Collor renunciou, o movimento acabou. Isso com relação ao seu objetivo específico.

Com a renúncia do presidente Collor, que de certo modo significava uma vitória para o movimento - ainda que o esperado *impeachment* não tivesse ocorrido - os estudantes saíram momentaneamente de cena.

Porém, dentro de nossa linha de análise, que percebe novos recomeços com características distintas, esse movimento deixou sua “herança histórica”, através de atos, palavras de ordem, forma de organização.

Na realidade novos movimentos ocorreram após 1992, mesmo não possuindo a intensidade do movimento pelo *impeachment*, esses novos movimentos – luta contra o *Provão*, manifestações pela CPI do Orçamento – mantiveram características semelhantes de luta.

A partir do momento em que percebemos a existência de formas distintas de mobilização chegamos, necessariamente, à conclusão de que o movimento pela ética não acabou, na realidade transformou-se.

Ele continuou envolvendo uma parcela da juventude e, em alguns momentos, assumiu características diferentes da original, como por exemplo a Ação da Cidadania contra a Fome e pela vida, que buscou amenizar a “imoralidade crônica” da fome; ou os movimentos culturais na periferia que, através da música e/ou esporte, buscam recuperar jovens envolvidos com atividades ilícitas.

A partir do momento em que percebemos essa mutação no movimento juvenil, descaracterizamos a idéia - que voltou a circular após 1992 - de que essa é uma geração alienada porque recusa-se a participar de eleições, não sabe em quem votar ou em quem votou. Devemos entender a recusa também como uma forma de participação que, aliada a outras, indicam que a juventude continua atuante.

Todas as manifestações que ocorreram após 1992 - e não foram poucas – contribuem para reforçar essa idéia e dão a dimensão da importância do movimento pelo *impeachment* como exemplo de luta e mobilização.

Dessa forma, devemos evitar que a construção da "memória histórica" desse movimento, seja elaborada sem dar “voz” aos sujeitos históricos. Devemos evitar que ela seja construída a partir de modelos tradicionais onde, normalmente, os movimentos populares não são percebidos ou considerados, exceto, para desfigurá-los. Sempre são caracterizados como alienados: parados são passivos; atuando são manipulados.

NOTAS:

1. De acordo com pesquisa DataFolha, in *Folha de S. Paulo*, 11/06/89, p. A 10. Fernando Collor tinha uma maior aceitação entre os jovens de 16 e 17 anos (45%). Este percentual caía (39%) entre os eleitores acima de 41 anos.
2. *Folha de S. Paulo*, 11/06/92, 1º caderno, p. 4.

-
3. *O Estado de S. Paulo*, 17/08/92, p. 10.
 4. Todas as declarações de Orlando Silva de Jesus Jr. - Tesoureiro Geral da UNE na gestão 92/93 e Presidente na gestão 95/96 – fazem parte de entrevista concedida ao autor em setembro de 1999.
 5. Cf. *Revista Imprensa*. Janeiro de 1995, p. 26-29. Dentre vários entrevistados destacam-se: Carlos Nascimento, editor-chefe do telejornal *SP JÁ*, da Rede Globo; Gilberto Dimenstein da *Folha de S. Paulo*; Rosental Calmon Alves, diretor-executivo do *Jornal do Brasil*; Ancelmo Góis da revista *Veja*.
 6. Todas as declarações de Ricardo Abreu de Melo (Alemão) - Tesoureiro Geral da UNE na gestão 1991-1992 - fazem parte de entrevista concedida ao autor em julho de 1999.
 7. *Folha de S. Paulo*, 26/08/92, 1º c, p. 15.
 8. Entrevista de Temistocles Cavalcanti, diretor do Sindicato, em entrevista à revista *Veja*, 26/08/92, p. 36.

Bibliografia:

1. ALENCASTRO, Luiz Felipe - O relatório da CPI: um retrato do Brasil. In: *Novos Estudos CEBRAP*. nº 34, p. 3-7, 1992.
2. BOSI, Ecléia – *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 3º ed., São Paulo: Companhia das Letras, 1994.
3. CHAUI, Marilena – *Conformismo e Resistência: Aspectos da cultura popular no Brasil*. 4º ed., São Paulo: Brasiliense, 1989.
4. EUGÊNIO, Marcos F. Napolitano de - *Nós que amávamos tanto a democracia: Protestos de rua contra o regime militar na grande São Paulo (1977 - 1984)*. São Paulo, 1994. Dissertação de Mestrado, FFLCH - USP. 252 p.
5. KRIEGER, G.; NOVAES, L. A.; FARIA, T. - *Todos os Sócios do Presidente*. São Paulo: Ed. Página Aberta, 1992.
6. LACOUTURE, Jean - A história imediata. In: LE GOFF, J. - *A História Nova*. 2º ed., São Paulo: Martins Fontes, 1993.
7. LAMOUNIER, B (org.)-*Ouvindo o Brasil: uma análise da opinião pública brasileira hoje*. São Paulo: Ed. Sumaré/Instituto Roberto Simonsen, 1992.

-
8. LE GOFF, J. - *A História Nova*. 2º ed., São Paulo: Martins Fontes, 1993.
 9. MEDINA, Cremilda (org.) - *1968-1988: nos passos da rebeldia*. São Paulo: CJE/ECA-USP, 1989.
 10. MORIN, Edgar - *Cultura de Massas no Século XX (O Espírito do Tempo)*. Rio de Janeiro: Forense, 1969.
 11. _____ - *Cultura de Massas no Século XX: o espírito do tempo II: Necrose*. Rio de Janeiro: Forense, 1977.
 12. OLIVEIRA, Francisco de - A herança do marajá superkitsch. In: *Novos Estudos CEBRAP.*, nº 34 , p. 8-14, 1992
 13. RUDÉ, George - *A Multidão na História: estudo dos movimentos populares na França e Inglaterra, 1730-1848*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Campus, 1991.
 14. SCHMITT, J. C. - História dos marginais. In: LE GOFF, J. - *A História Nova*. 4º ed., São Paulo: Martins Fontes, 1998.
 15. THOMPSON, E. P. - *A Formação da Classe Operária Inglesa*. 1º Volume, Trad. Denise Bottman. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
 16. WASELFISZ, J. J.(coord.), *Juventude, violência e cidadania: os jovens de Brasília*. São Paulo: Cortez, 1998.